

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

SÃO LUÍS

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo
Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	13
2.6. Marketing e promoção do destino	15
2.7. Políticas públicas.....	17
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento	21
2.10. Economia local	22
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais	25
2.13. Aspectos ambientais.....	27
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	32

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram **a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.**

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em São Luis foi realizada entre os dias 12 e 16 de agosto de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

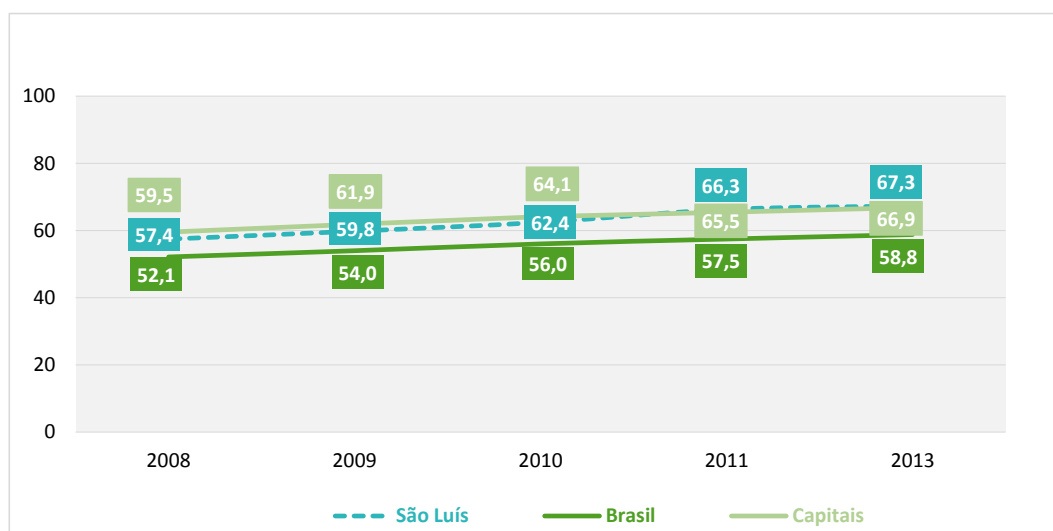
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 67,3 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou estável em relação ao índice obtido em 2011 (66,3):

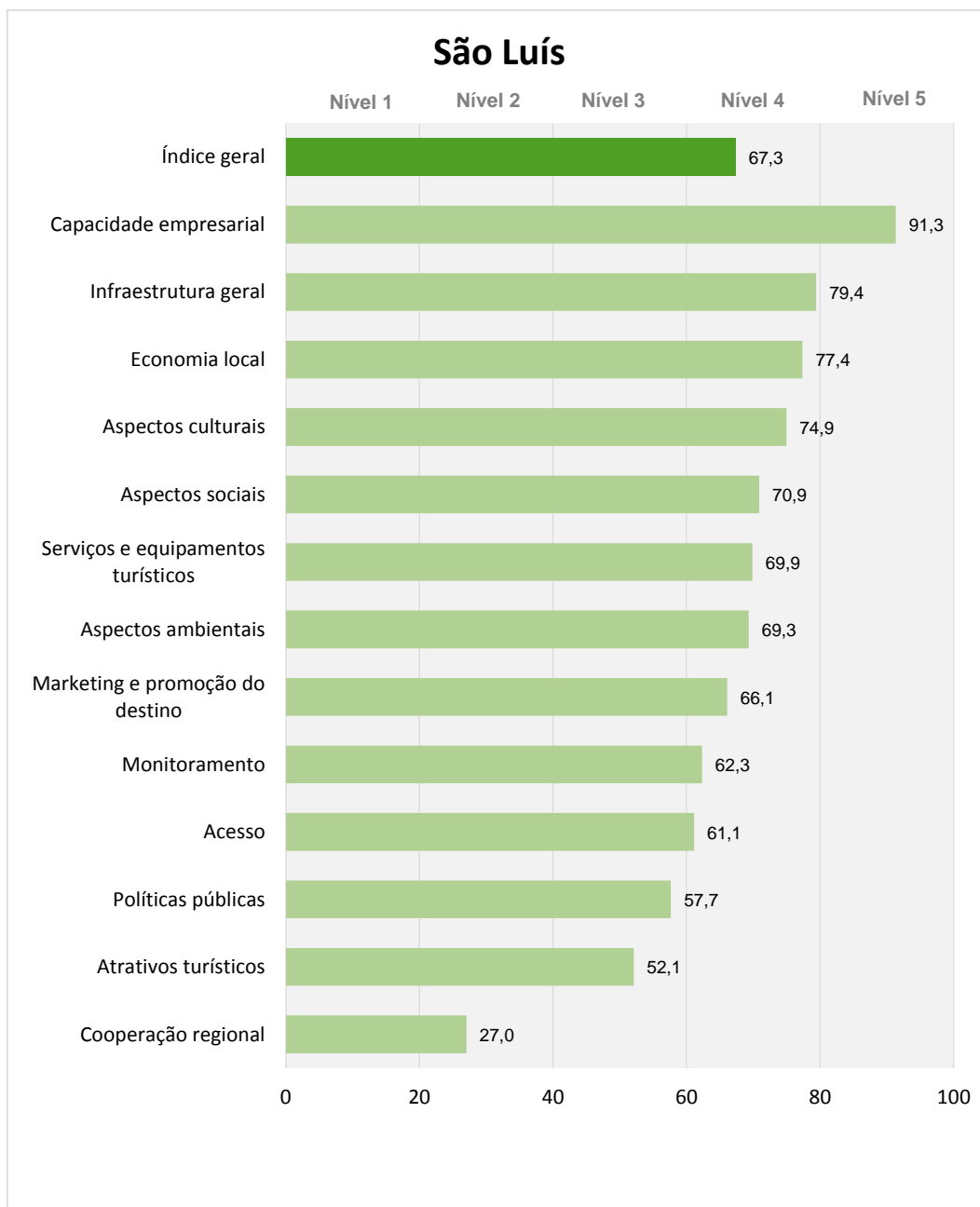
Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013



O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Capacidade empresarial, Infraestrutura geral, Economia local, Aspectos culturais, Aspectos sociais, Serviços e equipamentos turísticos, Aspectos ambientais, Marketing e promoção do destino, Monitoramento e Acesso, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, a dimensão com o menor nível de competitividade é Cooperação regional, a qual não ultrapassou o nível 2 (abaixo de 40,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

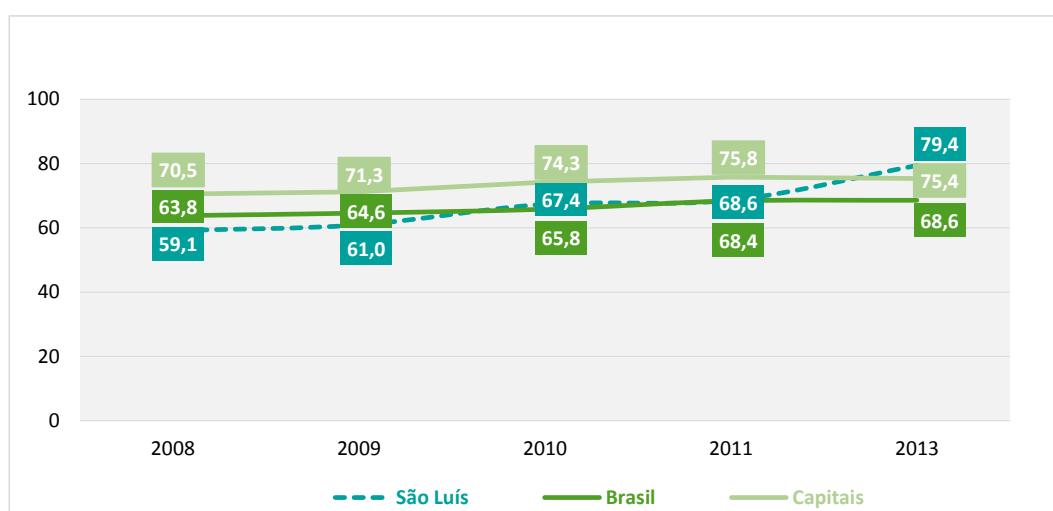


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. São Luís registrou 79,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, estrutura para pequenas cirurgias e cirurgias de emergência;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de um grupamento especial de atendimento ao turista na Polícia Militar;
- Existência de um programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;

- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de lixeiras, banheiros públicos, telefones públicos, abrigos de ônibus e iluminação em bom estado de conservação nas áreas de circulação turística; e
- Conservação urbana no entorno das áreas de trânsito de turistas.

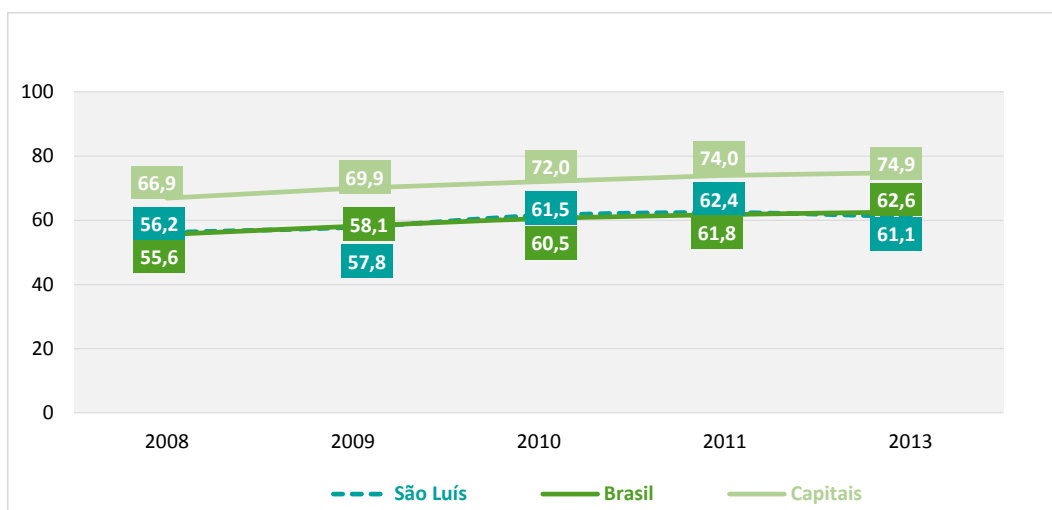
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 61,1 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo o obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal – Aeroporto Marechal Cunha Machado, que conta com restaurantes e lanchonetes, locadoras de veículos, serviço de táxi, facilidades para pessoas com deficiência, entre outros serviços oferecidos;
- Existência de um terminal rodoviário no destino;
- Terminal aquaviário e ferroviário que atende ao município, e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Inexistência de serviços no terminal rodoviário que atendam ao destino, tais como: centro de atendimento ao turista, restaurantes e lanchonetes e facilidades para pessoas com deficiência;
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Existência de congestionamentos no destino;
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas; e

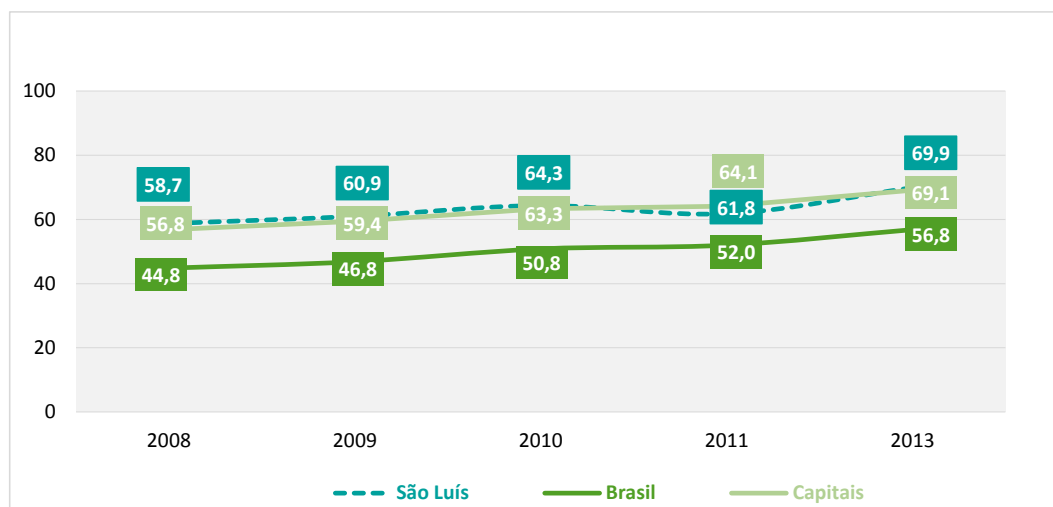
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissores de turistas internacionais.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 69,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária conservada e nos padrões internacionais recomendados pelo MTur;

- Existência de Centros de Atendimento ao Turista (CAT) no destino e que oferecem diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências, display com folders e propagandas de serviços para os turistas no destino e nos destinos do entorno, entre outros serviços;
- Centro de convenções no destino – o equipamento considerado foi o Centro de Convenções Pedro Neiva Santana – conta com salas multiuso / modulares, auditórios, estacionamento próprio.
- Transporte público para o principal centro de convenções indicado;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – espaços multifuncionais ou salas modulares, pavilhão de feiras e/ou parque de exposições, salas em hotéis para eventos de pequeno, médio e grande porte;
- Cumprimento de quesitos de acessibilidade na maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;
- Existência de organização representativa de guias; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos, de graduação e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como guias de turismo, bares e restaurantes e hotelaria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

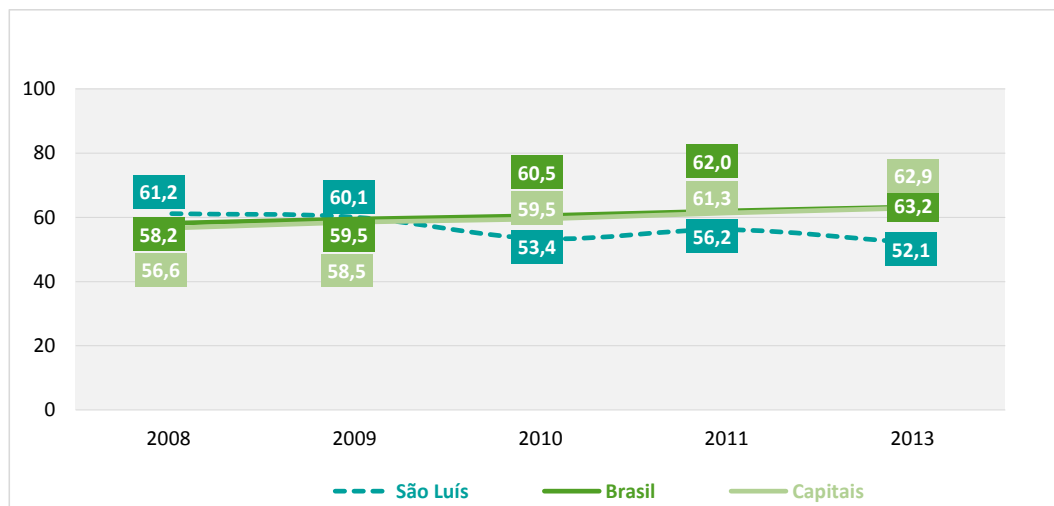
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Inexistência de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos; e
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 52,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,9, acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Praia do Calhau, Lagoa da Jansen e Parque Botânico da Vale;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Praia do Calhau –, conforme observado em visita técnica;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Centro Histórico, Bumba meu Boi e Clubes de Reggae;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Festa de São João, Pré-Carnaval e Expoema – Exposição Agropecuária do Maranhão; e
- O local onde acontece o principal evento programado indicado – Festa de São João – conta com estrutura física boa.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

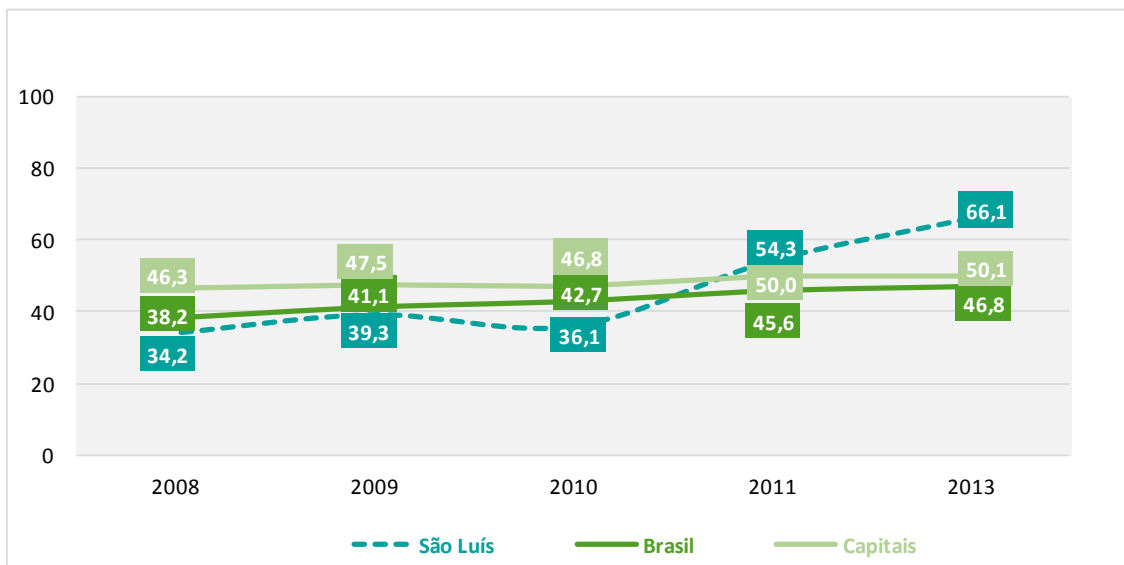
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural e cultural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- A estrutura disponível no principal atrativo natural carece de melhorias, por exemplo, melhorar a sinalização, oferta de lixeiras e banheiros públicos;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência;
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno do principal atrativo cultural indicado bem como a estrutura de apoio aos visitantes;
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural no local em que acontece o principal evento programado; e
- Inexistência de atrativo de realização técnica, científica ou artística para o qual haja fluxo turístico efetivamente técnico.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 66,1 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices *Marketing* e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Existência de um plano de marketing formal, elaborado com a colaboração de diversos atores, fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, que contempla a relação com agências e operadoras;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de relacionamentos estabelecidos (número de contatos feitos).
- O destino turístico produziu, nos últimos cinco anos, eventos próprios para se promover fora de seu território;
- Existência de material promocional institucional, que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Existência de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente, impressa e online;
- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço www.saoluis.ma.gov.br; e

- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.turismosaoluis.com.br, também em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

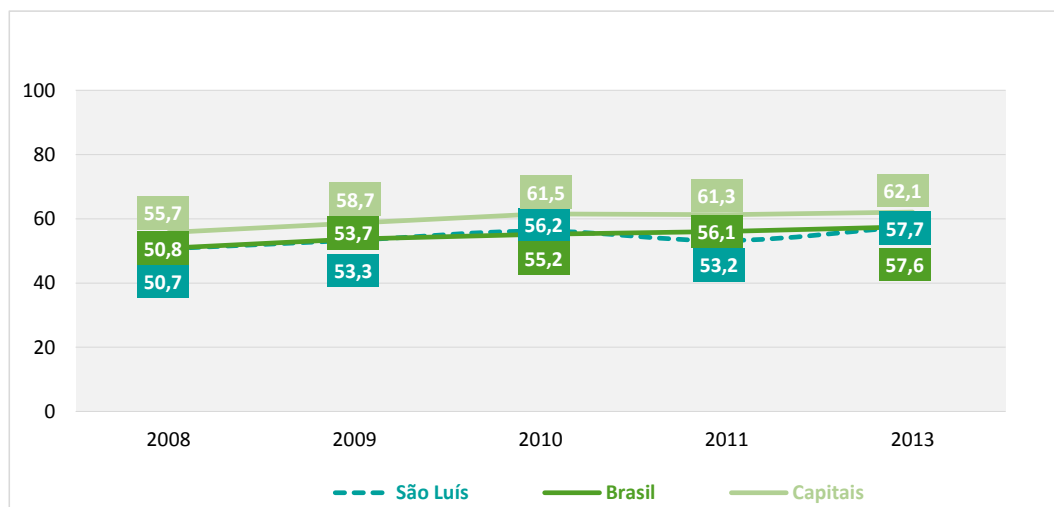
- Ausência de prática institucionalizada de participação em feiras e eventos que não estão voltados para o setor de turismo;
- O material promocional do destino não inclui idioma estrangeiro, não alerta o visitante sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações na página promocional de turismo do destino que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 57,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,1 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de uma secretaria municipal com a atribuição exclusiva de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo,
- A Secretaria de Turismo desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo. Principalmente projetos compartilhados com as Secretarias de Assistência Social, Educação e Cultura, como exemplo, os projetos Turismo Educativo e Informante Anfitrião;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Conselho Municipal de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;
- Existência de Plano Diretor Municipal, que contempla o setor de turismo; e
- Execução de projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

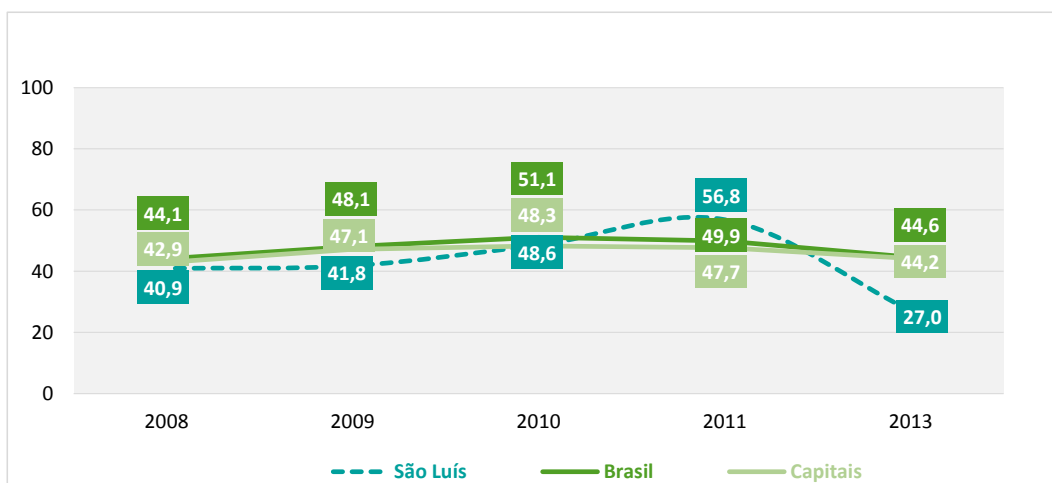
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Não recebimento de recursos de emendas parlamentares para o turismo no ano anterior;
- O Plano Diretor Municipal encontra-se desatualizado; e
- São Luís não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 27,0 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional – Fórum de Governança Turística do Pólo São Luís – que conta com a participação ativa de diversos atores do segmento turístico da região Pólo São Luís, que está formalmente constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região Pólo São Luís, entre eles, Projeto Turismo e Artesanato pelo Sebrae; e
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

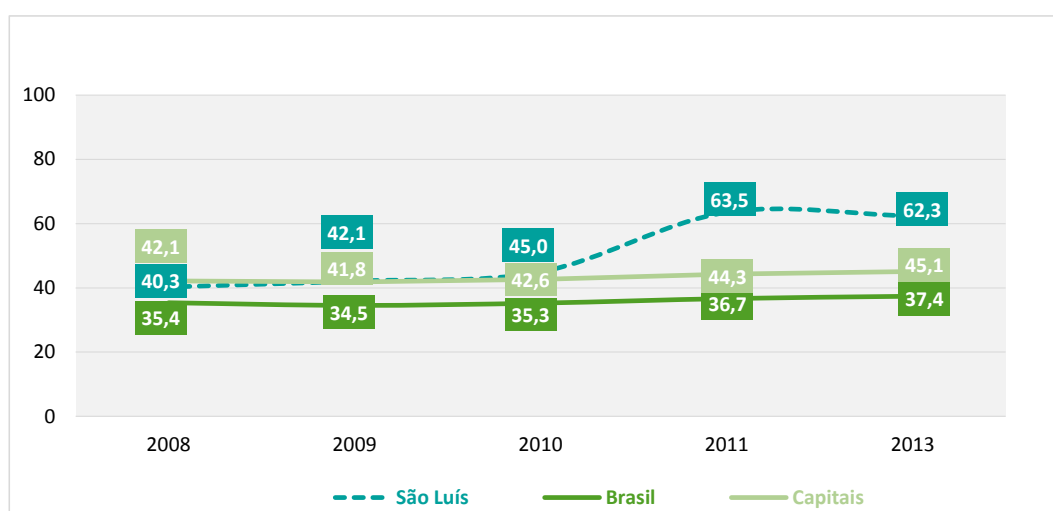
- A instância de governança regional - Fórum de Governança Turística do Pólo São Luís – não mantém reuniões periódicas,
- A instância de governança regional não conta com recurso próprio e nem dispõe de suporte para a condução de suas atividades;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- Os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não foi previsto o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração;
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*; e
- O destino não produz/coproduz material promocional da região turística da qual faz parte.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 62,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, realizada em torno de seis vezes ao ano, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário da Oferta Turística;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento e políticas públicas, ações de marketing e promoção, entre outros;

- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, Coordenadoria de Análise Mercadológica, que realiza pesquisas em turismo.

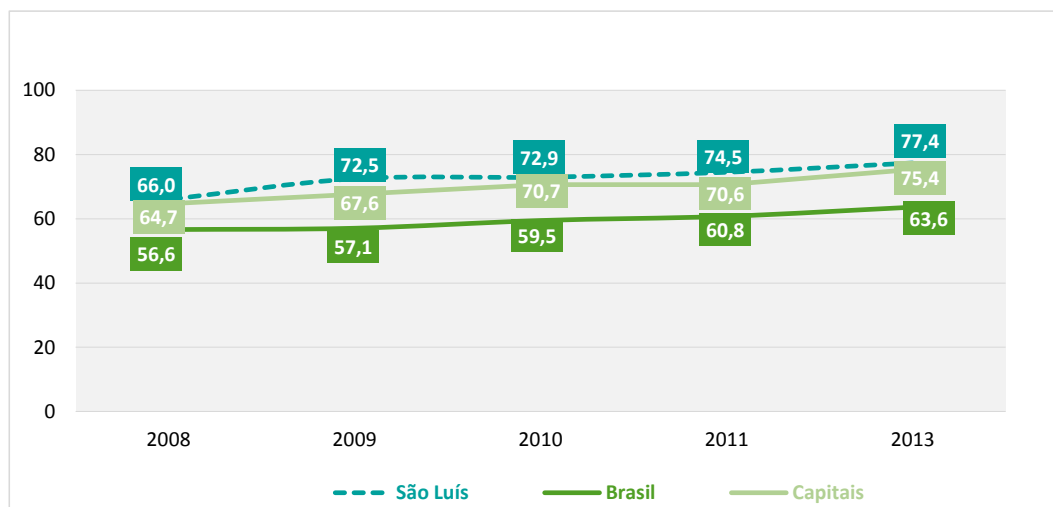
Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de estudo ou pesquisa de perfil do turista no âmbito de segmentos turísticos específicos;
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística; e
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo;

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 77,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013

A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, como ações itinerantes chamadas Jornada Sebrae de Atendimento;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor; e
- Existência de um pólo de produção significativo – Distrito Industrial – que movimenta a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, está:

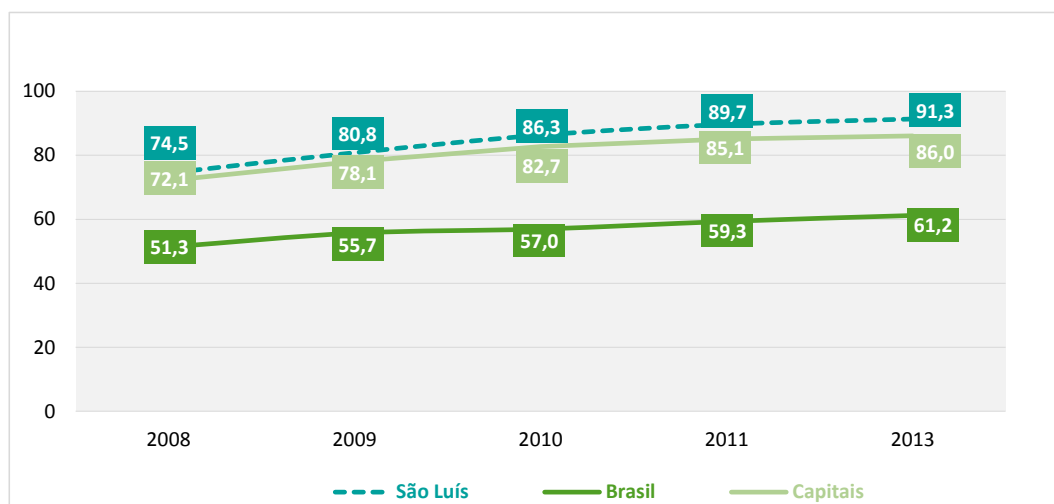
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 91,3 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência, administrativos, operação técnica, operação básica e serviços gerais em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;

- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

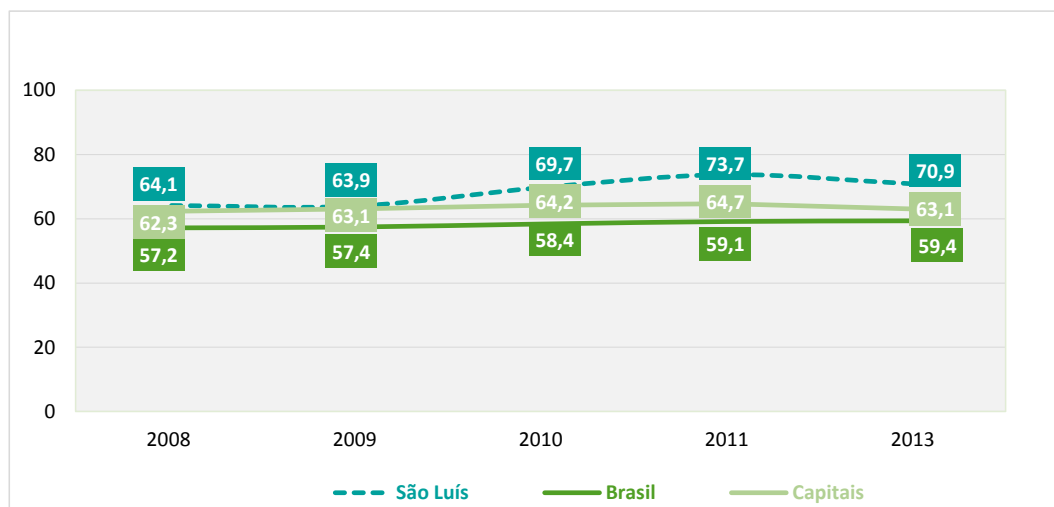
- Adensamentos de empreendimentos turísticos não fomentam o empreendedorismo como arranjos produtivos locais; e
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas infraestrutura para edificações (esgotamento) e falta de incentivos fiscais.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 70,9 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Aplicação de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, que conta com o apoio da iniciativa privada, do terceiro setor e do poder público;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino - por meio do projeto Turismo Educativo;
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio da Secretaria Municipal de Turismo; e
- Envolvimento da sociedade civil organizada (associações de moradores, organizações não-governamentais e sindicatos) com a atividade turística no destino.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

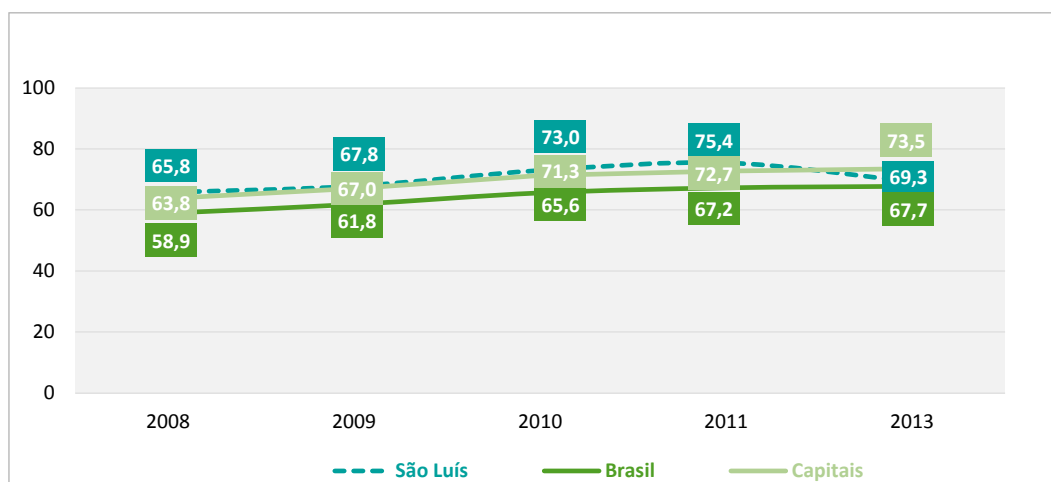
- Os investimentos direcionados pelo município para a educação não ultrapassam o percentual obrigatório de 25%;
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Ausência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local; e
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e o destino.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 69,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente;
- Existência de um Código Ambiental Municipal - contra o qual não há ação judicial pública;
- Rede pública de distribuição de água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Existência de estação de tratamento de esgoto (ETE); e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – Lagoa da Jansen.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

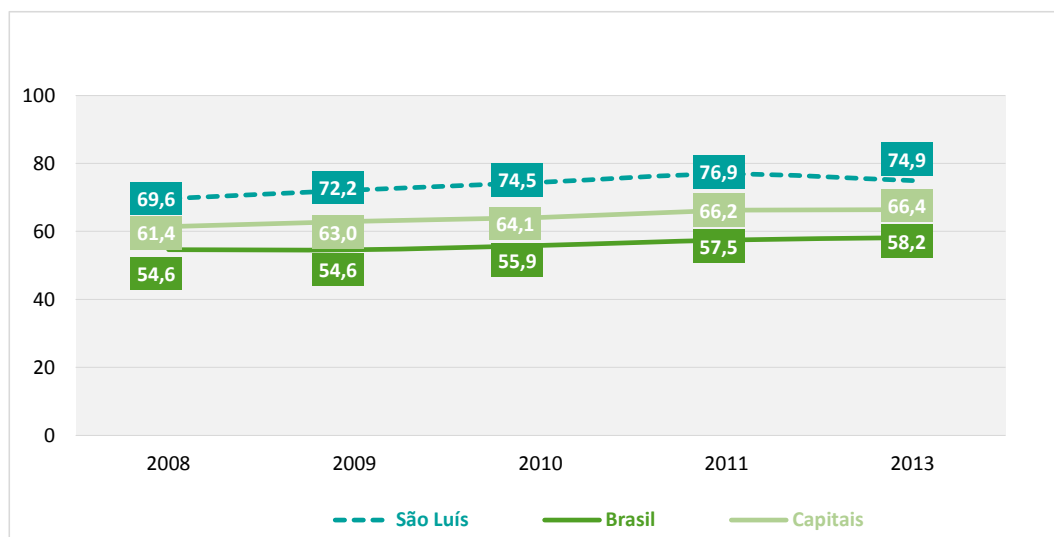
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como indústria química, mineradora/garimpo, cimenteira e engenhos/usinas;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Baixo índice de cobertura da rede pública de esgoto;
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um aterro controlado, que não possui estrutura adequada para este fim – o ideal seria a destinação para um aterro sanitário
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Ausência de conselho gestor e plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada - Lagoa da Jansen.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 74,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – cerâmica (bois e temas juninos), artesanato em madeira e com a utilização do buriti e pinturas em azulejos – reconhecida em esfera nacional;
- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional: arroz de cuxá, peixe frito, refrigerante Jesus, torta de camarão, de caranguejo, de siri e de sururu;

- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas festa do Divino Espírito Santo, tradição sebastianistas e lenda da Ana Jansen;
- Manifestações religiosas no destino – festa do Divino, festa de São Benedito e Festa de São João – que atraem fluxo turístico;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal – bairro da Liberdade e população de origem africana;
- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional: Tambor de Crioula, Bumba meu Boi e Laborarte;
- Existência de patrimônios imateriais registrados que se constituem em atrativos turísticos, para os quais aplica-se política de preservação de bens culturais imateriais – Tambor de Crioula e complexo cultural Bumba meu Boi;
- Existência de patrimônios artísticos tombados considerados atrativos turísticos, tais como: Fonte das Pedras, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís e Fonte do Ribeirão;
- Existência de sítio arqueológico tombado ou registrado – Sítio do Físico e Sítio Arqueológico Sambaqui de Panaquatira;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Centro Histórico de São Luís, Terreiro da Casa de Minas e Ruínas Forte de Santo Antônio;
- Existência de bem reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO – Centro Histórico de São Luís (área da Praia Grande);
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura exclusivo;
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural – Praia Grande Cultural – projeto que envolve música, apresentações e ensaios gratuitos (reggae, Bumba meu Boi, entre outras) para comunidade e turista; e
- Monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio de controle de capacidade de suporte ou carga.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de política municipal de cultura que poderia, entre outros, prever a manutenção de calendário de manifestações culturais no destino;
- O fundo municipal de cultura não é efetivo;

- O destino não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de São Luís, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais

Dimensões	Brasil			Capitais			São Luís		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	62,4	66,3	67,3
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	67,4	68,6	79,4
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	61,5	62,4	61,1
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	64,3	61,8	69,9
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	53,4	56,2	52,1
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	36,1	54,3	66,1
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	56,2	53,2	57,7
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	48,6	56,8	27,0
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	45,0	63,5	62,3
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	72,9	74,5	77,4
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	86,3	89,7	91,3
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	69,7	73,7	70,9
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	73,0	75,4	69,3
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	74,5	76,9	74,9

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.